

A REPRESSÃO AOS MILITANTES DA AÇÃO POPULAR (AP): A INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEIS/UFRGS): 1964¹

Cristiane Medianeira Ávila Dias²

Resumo: A partir de 1964, com a instalação da ditadura civil-militar no Brasil, várias medidas de exceção foram tomadas no sentido de acabar com as manifestações dos grupos de oposição, pois foi necessário, por meio das diretrizes estabelecidas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tornar o país homogêneo e coeso. Este artigo pretende verificar porque a instauração da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEIS/UFRGS), que tinha por objetivo afastar da universidade os militantes da organização de esquerda Ação Popular (AP), que eram considerados “subversivos” por suas atividades políticas, e que estavam relacionados a um projeto do governo ditatorial, que pretendia não só despolitizar o sistema de ensino, como toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ação Popular (AP); Comissão de Investigação Sumária (CEIS); Rio Grande do Sul.

Abstract: From 1964 on, with the installation of civil-military dictatorship in Brazil, several emergency measures were taken in order to end the manifestations of oppositional groups, as it was necessary, by the guidelines established by the National Security Doctrine (DSN), to make the country homogeneous and cohesive. This article aims to verify why the introduction of the Special Committee of Summary Investigation (CEIS) at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (CEIS/UFRGS), which aimed to move away the militants of the left Popular Action (AP) from the university, considered "subversive" for their political activities, were related to a project of the dictatorial government, that intended not only to de-politicize the educational system, as the entire Brazilian society.

Keywords: Popular Action (AP); Special Committee of Summary Investigation (CEIS); Rio Grande do Sul.

Ação popular (AP)

Os estudantes e professores indiciados pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instaurada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), após o golpe civil-militar de 1964, faziam parte de uma organização de esquerda chamada Ação Popular (AP). A AP foi uma organização de esquerda formada em 1962, originada de uma ruptura entre militantes ligados aos movimentos leigos da Igreja Católica e a sua hierarquia, que não aceitava a participação deles em atividades políticas. Sendo assim, militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica

¹ Este artigo é parte de um projeto mais amplo, desenvolvido na dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), e sua temática centrou-se na análise da trajetória da organização de esquerda Ação Popular (AP), no Rio Grande do Sul, de 1962 até 1972.

² Mestre em História-UPF; E-mail: autora-historia@hotmail.com.

(JOC) e da Juventude Independente Católica (JIC), a partir de uma tomada de conscientização política, deixaram de lado as práticas assistencialistas para realizarem atividades junto às massas, cada vez mais integrados à vida da população mais pobre do país. Em relação ao movimento leigo, Delgado afirmou:

O movimento foi orquestrando reformas, plano de ação que dialogavam com o social, o ético, o cultural, o político, a arte, a mística. O conhecimento da realidade, a formação na ação e a metodologia “Ver-Julgar-Agir”, próprios da JOC, foram sendo incorporados pelos outros grupos e tornaram-se os eixos centrais que passaram a orientar esse apostolado leigo. Portanto, começa a ocorrer uma mudança substantiva na Ação Católica. Mais que idéias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico (2007:102).

Nesse período, os movimentos leigos se tornaram mais fortes politicamente a partir da nomeação de João XXII, considerado um progressista. Para o Papa (1958), com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), a promulgação da encíclica de “Mater et magistra” (1961), através da qual a Igreja reconheceu o seu papel como agente fundamental nas mudanças sociais e também da encíclica “Pacem in Terris” (1963), que reafirmou as diretrizes da encíclica anterior, que destacou a importância dos movimentos leigos nesta nova orientação adotada pela Igreja. Os movimentos também se cruzaram com outro processo, em nível de América Latina, no começo da década de 1960: a Revolução Cubana (1959), cuja união fomentou o clima político que deu origem, mais tarde, ao chamado “cristianismo de libertação” e marcou o início de “um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições” que atingiu toda a região, sendo que suas consequências ainda podiam ser vistas até a década de 1990 (LOWY, 2007:306).

No Brasil, os movimentos leigos possuíam algumas características e práticas políticas que os diferenciavam de outros grupos que atuavam junto aos países latino-americanos, pois enquanto estes tinham ligação com a Ação Católica Espanhola, os brasileiros estavam vinculados à Ação Católica Francesa, de onde receberam a maior parte de suas referências teóricas.

Destaca-se a influência do filósofo cristão Jacques Maritain, que através de uma revisão das ideias de Tomás de Aquino, fundou uma escola de pensamento denominada de “neotomismo”. Esta doutrina defendia a ideia de que os cristãos deveriam adotar o socialismo, mas dentro de uma perspectiva diferenciada, personalista, voltada para o desenvolvimento do indivíduo, que possibilitaria o exercício de sua autonomia e através dela, de sua liberdade:

Ora, de que liberdade se pode tratar antes de tudo para uma civilização cristã? Não, segundo a concepção liberal, da simples liberdade da escolha do indivíduo (não é esta mais que o começo ou a raiz da liberdade); e não, segundo a concepção imperialista ou ditatorial da liberdade de grandeza e de poder do Estado; mas sim, antes de tudo da liberdade de autonomia das pessoas, que se confunde com sua perfeição espiritual. Assim, ao tempo em que se abaixa como vimos o centro de unificação da ordem temporal e política, mas se elevam acima desta ordem a dignidade e a liberdade espiritual da pessoa (MARITAIN, 1965:141).

A aproximação entre os movimentos leigos e as ideias defendidas pelo neotomismo fez com que a AP adotasse em 1962, ano de sua fundação, uma doutrina própria denominada de socialismo humanista³, resultado do esforço realizado pelos militantes da organização em elaborar um pensamento, uma reflexão a respeito do marxismo, a partir de uma abordagem dialética, presente no materialismo histórico. A opção pelo socialismo humanista fez com que os militantes voltassem suas atividades políticas para as massas, participando, por exemplo, do processo de alfabetização desenvolvido em parceria com o governo João Goulart, que ficou conhecido como Movimento de Educação de Base (MEB).

Além disso, parte da organização apoiava, mesmo que dentro de uma perspectiva crítica, as Reformas de Base⁴, pois entendia que embora o projeto não fosse promover mudanças estruturais na sociedade, por ter um caráter reformista e não revolucionário, ele seria um passo inicial para as transformações sociais que deveriam ocorrer no país. Além do MEB, a AP participou da campanha pela volta do presidencialismo, que ocorreu em 1963 e do Comício na Central do Brasil, ocasião em que várias organizações de esquerda se uniram para apoiar o presidente no dia 13 de março de 1964.

As atividades políticas desenvolvidas pela AP junto às massas foram interrompidas com o golpe civil-militar, desferido contra o presidente João Goulart e as instituições democráticas brasileiras em abril de 1964. Na época, houve a coesão de forças civis e militares com a finalidade de organizar um golpe que garantisse o poder desses grupos enquanto bloco hegemônico, a partir das ações realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O complexo IPÊS/IBAD forneceu apoio material e fomentou o clima de agitação que propiciou o golpe, que não foi apenas um evento político, mas um projeto amplo, criado com o objetivo de acabar com as contradições existentes na sociedade e no governo brasileiro, reunindo vários setores militares e civis em torno de um objetivo comum, sendo que organizaram a tomada do aparelho do estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder (DREIFUSS, 2008:419).

Logo após o golpe, a AP passou por uma fase conturbada, pois sofreu os efeitos do esvaziamento no seu quadro de adeptos, visto que muitos foram presos e outros optaram por deixarem suas atividades, temendo os efeitos da repressão efetuada pelos órgãos de segurança ditatoriais contra a organização. Os militantes que permaneceram no grupo deram início a

³ Socialismo humanista: Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo (SALES, 2007:28).

⁴ Reformas de Base compreendiam as seguintes mudanças; a reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma nova classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucro para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. (REIS FILHO, 2004: 32).

uma série de discussões internas, que envolviam questões relacionadas ao referencial teórico a ser adotado por eles para estruturar suas ações frente à nova conjuntura nacional, que proibia a realização de reuniões, debates, palestras ou qualquer outra manifestação de caráter político. Entre as questões discutidas, estava a possibilidade da organização se estruturar de forma semelhante ao Grupo dos Onze, trocando, no entanto, o número de onze para cinco companheiros, que permitiria uma dispersão mais rápida, caso a ação fosse descoberta pela polícia.

No Rio Grande do Sul, os militantes da AP tiveram presença significativa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), local onde organizaram manifestações de oposição ao golpe civil-militar de 1964. Um exemplo de ação ocorreu no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da faculdade de Filosofia, sendo que os militantes criaram uma central para cadastrar os nomes dos estudantes que desejassem participar dos protestos, ocasião em que também fizeram a distribuição de panfletos intitulado “Boletim do Movimento de Resistência Estudantil”, que continha informações sobre alunos da universidade que haviam sido presos pela polícia, os quais foram acusados de participação em atividades políticas de caráter “subversivo”. As manifestações estudantis foram reprimidas pela polícia, que foi chamada para impedir o crescimento da mobilização estudantil naquele local.

A repressão contra os militantes da AP na UFRGS: a instauração da CEIS

No sentido de coibir as atividades dos grupos de oposição, foi instaurada, a pedido do comandante do III Exército, uma Comissão de Investigação Sumária (CEIS) na UFRGS, com a finalidade de investigar os professores e os alunos da universidade, que se identificavam com as ideias de esquerda e a “subversão”. A Comissão, como mostrou sua ata de abertura, datada de 21 de maio de 1964, e contou com as participações dos integrantes do quadro docente da universidade, entre os quais, o professor Ney Messias, da Faculdade de Direito; o professor Laudelino Teixeira de Medeiros, da Faculdade de Filosofia; o professor Zacarias Valliati, da Escola de Artes e pelo nomeado presidente da CEIS, professor Nagipe Buaes. Na ata, um dos professores, durante o discurso de abertura dos trabalhos da Comissão, ressaltou que sua função não era perseguir opositores políticos e suas ideologias:

O professor Prunes afirmou entender que a Comissão Especial, recém empossada não tem qualquer atribuição de proceder a investigação de caráter ideológico ou policial. Atear-se-á ela, exclusivamente, aos aspectos que disserem com a subversão ou à improbidade. Por outro lado, é necessário imprimir novos rumos à educação da juventude; para o desempenho dessa missão deverão os educadores envidar os seus melhores esforços.

Apesar dessa afirmação do professor Prunes, na ata inicial da Comissão, a sua finalidade era de investigar, indiciar e afastar da universidade professores e estudantes que se posicionassem de maneira contrária ao golpe e as diretrizes impostas ao ensino pela ditadura. Dessa forma, a CEIS também foi instaurada em outras universidades do país, por ordem do

Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, através de uma portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que foi recebida e divulgada por José Carlos Fonseca Milano, reitor da UFRGS. Conforme essa portaria, todas as manifestações políticas de caráter subversivo que estivessem ocorrendo nesses locais deveriam ser investigadas, para que fossem indiciados alunos e professores envolvidos, pois era necessário adequar à conduta educacional e as diretrizes estabelecidas pelo governo, que pretendia “esvaziar qualquer veicidade de autonomia” no sistema de ensino brasileiro. Dessa forma, a CEIS ficou assim definida:

As autoridades militares, através do MEC, reafirmaram a exigência da realização do inquérito, e, para tanto foi constituída a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na UFRGS. Composta de 16 membros, cada um escolhido pela Congregação das diversas unidades universitárias, e dividida em quatro subcomissões que abrangiam as diversas áreas de ensino e pesquisa da Universidade, a CEIS ficou atrelada a Comissão Geral de Investigações, através da nomeação, pelo então Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva, de um representante do III Exército junto a Comissão; o General Jorge Garrastazu Teixeira (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS, 1979: 24).

Verificou-se que os expurgos na universidade aconteceram em duas fases distintas, sendo que a primeira etapa ocorreu após o golpe e a instauração da CEIS e a segunda foi desferida depois da decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5⁵, no início de 1969, ocasião em que outros professores da UFRGS tiveram que deixar seus cargos, os quais foram acusados de práticas “subversivas” junto aos estudantes daquela instituição de ensino. Observou-se, no entanto, que nessa segunda fase não houve a instauração de uma comissão de inquérito pública, como no período pós-golpe. Tanto que os professores expurgados souberam do desligamento de suas funções na universidade através de nota divulgada pelos órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul. Além disso, a obra produzida pela Associação dos docentes da UFRGS salientou que na tentativa de apagar a memória relacionada à instauração da CEIS, as atas produzidas durante os interrogatórios não haviam sido encontradas até o momento de sua publicação, em 1979 (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS, 1979: 10).

Vale salientar que, o acesso a documentação utilizada neste artigo, como as atas das primeiras reuniões realizadas pela CEIS, as declarações de professores sobre as atividades de seus alunos e colegas de trabalho, bem como os depoimentos de estudantes investigados pela Comissão, faziam parte do arquivo particular do ex-professor da UFRGS, Laudelino Teixeira de Medeiros, que só foi disponibilizada ao público depois de ser adquirida pelo Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS). A importância do material

⁵ Ato Institucional nº 5, AI-5: A conseqüência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do hábeas corpus para crimes políticos. Podia-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia que advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários. O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia (ALVES, 1989: 136).

produzido durante a CEIS também se relacionou ao fato de que toda a documentação produzida na universidade durante o período em que vigorou a ditadura civil-militar ainda não foi disponibilizada para uso dos pesquisadores, por isso, as atas e os depoimentos da Comissão são as únicas fontes documentais de análise da forma de agir da repressão naquele local, após o golpe de 1964.

Portanto, mesmo que os documentos encontrados contemplem as investigações realizadas até a sétima reunião, quando o professor Laudelino se desligou da Comissão, as informações coletadas a partir de depoimentos de acadêmicos, dos professores, das fichas nominiais dos indiciados e das atas serviram para preencher lacunas que existiam na pesquisa a respeito da atuação da AP junto aos centros acadêmicos da UFRGS, pois através da análise dessas informações, foi possível perceber a força política que a AP tinha na universidade, visto que a maioria das pessoas indiciadas pela CEIS faziam parte da organização. Por exemplo, havia o professor de filosofia Ernani Maria Fiori, considerado o líder da AP no Rio Grande do Sul e João Carlos Hass, presidente do centro acadêmico Sarmiento Leite, da faculdade de Medicina.

Conforme as atas das reuniões produzidas pela CEIS, na fase inicial das investigações foram convocados para prestarem depoimentos na Comissão, os coordenadores das Faculdades de Farmácia e Bioquímica, Medicina, Filosofia, Economia, Direito e Escola de Artes. O coordenador da Faculdade de Medicina, professor Álvaro Barcellos Ferreira, declarou perante a Comissão que o presidente do “Centro Acadêmico Sarmiento Leite”, o estudante de medicina, João Carlos Hass⁶, estaria desenvolvendo atividades políticas “subversivas”, pois o referido seguiria orientações de “tendências esquerdistas”. Em virtude disso, o estudante foi preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Porto Alegre. Abaixo está um trecho do pronunciamento do professor Álvaro Barcellos Ferreira:

Após o 1º de Abril surgiu na Faculdade um manifesto subversivo assinado pelo acadêmico Hass, então Presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite. O diretor da faculdade, José Carlos Fonseca Milano propôs a Comissão de Investigação a suspensão da Diretoria do Centro. Acentuou o orador, a seguir, que o Centro Acadêmico estava plenamente integrado nas idéias esquerdistas, com desempenho atuante em relação a essas. Informou, ainda que dias atrás o acadêmico Hass foi preso, em virtude de atuação já referida.

Na documentação produzida pela CEIS, foi possível verificar que os militantes da AP atuaram junto ao movimento estudantil universitário da UFRGS no período que antecedeu o golpe. Como exemplo, podemos citar a conferência realizada pela organização no final do ano de 1963, quando um de seus líderes nacionais, Duarte Pereira, esteve na universidade para

⁶ O acadêmico citado na CEIS, João Carlos Hass Sobrinho, deixou a AP e se integrou ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1966, quando partiu do Rio Grande do Sul para a região do Araguaia, atuando em dois municípios: um no Maranhão e outro, que na época estava localizado no Pará, Tocantinópolis, hoje município do norte de Tocantins. Ele era médico e tornou-se conhecido por prestar atendimento a população carente dentro das péssimas condições de infra-estrutura disponíveis naquela região. Mais tarde, o militante participou da Guerrilha do Araguaia organizada pelo PC do B, tendo sido capturado e morto pelos militares, que colocaram o corpo dele em exposição, para que sua morte servisse de exemplo e inibisse o apoio fornecido pela população local aos guerrilheiros (ÁVILA DIAS, 2011: 143).

debater com os estudantes temas relacionados à realidade brasileira, entre os quais estavam as necessidades de implantações das Reformas de Base, com um planejamento melhor da economia no país e uma diminuição no custo de vida da população. Também foram discutidas questões relacionadas diretamente às concepções teóricas da AP, a saber, o papel que deveriam desempenhar na revolução das mulheres cristãs.

A CEIS também investigou as ações políticas do professor Ernani Maria Fiori, do quadro docente da Faculdade de Filosofia da UFRGS. O professor foi acusado pelos integrantes da Comissão de coordenar, junto aos estudantes da universidade, atividades políticas de caráter subversivo, entre as quais estava a palestra realizada por Duarte Pereira, que foi organizada em 1962, em parceria com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teve como tema os problemas sociais brasileiros. O relator da Comissão, Nagipe Buaes descreveu as atividades do professor:

Quanto ao professor Ernani Maria Fiori, o mesmo tem se destacado em suas conferências e entrevistas de caráter esquerdista, demonstrando-se perfeito conhecedor dos problemas nacionais. É ele nacionalista extremoso, dedicado a revolução social no país, comunista da ala católica de notória atividade no meio universitário. Em discursos e conferências insinua os marxistas para os problemas nacionais. Consta que orienta todas as atividades e extremistas das organizações estudantis de Porto Alegre. Lidera a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia.

Ernani Maria Fiori foi um professor de Filosofia da UFRGS que influenciado pelas ideias progressistas surgidas na Igreja e pelo neotomismo, evoluiu de um pensamento católico conservador para posições mais próximas do marxismo, participando das atividades políticas desenvolvidas pela AP. Devido a sua capacidade intelectual, o professor Fiori era considerado o mentor da organização no Rio Grande do Sul, tendo sido o principal responsável pela realização de reuniões, palestras, seminários e conferências entre os militantes da organização e acadêmicos da universidade antes do golpe. Outro professor indiciado pela CEIS foi Lêonidas Xausa, também da faculdade de Filosofia, integrava a ala de esquerda do Partido Democrata Cristão (PDC) ao mesmo tempo em que participava das atividades políticas da AP.

Nesse contexto, no dia 17 de setembro de 1964, a polícia prendeu os estudantes Sérgio Echenique Lopes e José Luiz da Costa Fiori, quando se dirigiam à Assembleia Legislativa para realizarem uma manifestação de solidariedade aos deputados estaduais que haviam se manifestado contra os expurgos de alunos e professores da UFRGS. Os dois estudantes também eram militantes da AP e junto com eles os policiais prenderam documentos contendo detalhes sobre a estruturação do grupo, que possibilitou aos órgãos de repressão obter uma série de informações sobre as suas ações em nível estadual. Os documentos apreendidos tinham os seguintes títulos: “Reorganização do Movimento”, “Grupos de Apoio e de Análise do Movimento” e “Relatório de Caxias”. O documento “Reorganização do Movimento”, trazia as seguintes informações:

Tem por objetivo reorganizar o movimento, praticamente dissolvido após o 31 de março. Prevê uma primeira fase do reagrupamento, planejamento e providências, quanto aos elementos atingidos pela Revolução e uma segunda fase, que teria início

entre 11 e 15 de setembro, que trataria da divulgação do planejamento, início da formação e aprofundamento ideológico dos militantes. Aproveita a oportunidade da Revolução de março para a “faixa de atuação clandestina única forma de sobrevivência”. Estabelece dois tipos de atuação: institucional e não institucional.

Percebeu-se que para ser instaurada na UFRGS, a CEIS contou com o apoio de professores que prestaram informações aos militares sobre as ações políticas desenvolvidas por alguns de seus colegas e alunos na universidade. Assim, o professor de filosofia, Ernani Maria Fiori, líder da AP, foi denunciado à Comissão por seus colegas de trabalho em virtude das ações políticas desempenhadas junto aos estudantes. Dessa forma, foi afastado de suas atividades em 1965. No entanto, as punições não ficaram restritas aos investigados pela Comissão, estendeu-se também aos professores que se mostraram solidários com os colegas expurgados e que, por isso, também foram afastados de suas atividades na universidade.

De acordo com o Comandante do III Exército, responsável pela instauração da CEID, a sua finalidade era averiguar quais eram as atividades realizadas no Rio Grande do Sul pelo movimento conhecido por “Ação Popular” ou “Grupão.” Conforme o jornal, as atividades da AP no Rio Grande do Sul seguiam as mesmas orientações adotadas pelo grupo em outros lugares do mundo, pois sua abrangência seria internacional e sua sede seria na Bélgica. O resultado da investigação foi o indiciamento dos professores da Faculdade de Filosofia, Ernani Maria Fiori e Leônidas Xausa e de 18 estudantes da UFRGS, que eram também, em sua grande maioria, militantes da AP⁷.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o combate ao inimigo interno

A instauração da CEIS na UFRGS e em outras universidades brasileiras faziam parte do conjunto de medidas tomadas pelo governo ditatorial, que tinham por finalidade desestruturar as organizações de esquerda vinculadas ao movimento estudantil universitário, numa tentativa de “enquadrar” o ensino dentro das determinadas normas de conduta que pretendiam afastar os estudantes da política. A finalidade dessas imposições eram tornar o sistema de ensino homogêneo, disciplinado e voltado para o desenvolvimento econômico do país. Para realizar esse plano, os militares buscaram inspiração num referencial teórico criado e difundido pelos Estados Unidos para toda a América Latina: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A Doutrina de Segurança Nacional era uma espécie de “esqueleto teórico” que

⁷ Indiciados pela investigação conforme matéria do Jornal Correio do Povo: Hélgio Henrique Casses Trindade, José Luiz da Costa Fiori, Sérgio Echenique Lopes, Ernildo Jacob Stein, Francisco Luiz da Costa Ferraz, Benício Viero Schmidt, Hélio Costa Nogueira da Gama Filho, Hélio Corbellini, Manoel André da Rocha, Enio Jorge Arizio Squeef, Izaltino Camozatto, Luiz Felipe Marroni, Flávio Barreto Leite, José Elizeu Verzoni, Luiz Carlos Lopes Madeira, Dilma Souza, Plínio Dentzien e Paulo Renato Chochemore (ÁVILA DIAS, 2011: página).

⁷ Guerra Fria: No início da década de 1960, o **mundo** vivia o clima tenso de um conflito não declarado entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), as duas grandes potências que tinham emergido no cenário político e econômico **após a** Segunda Guerra, que ficou conhecido como “Guerra Fria” (VIZENTINI, 1990).

baseava suas prerrogativas na Guerra Fria⁸ e na existência de um conflito permanente entre dois mundos inimigos: mundo comunista e bárbaro, representado pela União Soviética, em oposição ao mundo livre, ocidental e capitalista, representado pelos Estados Unidos. De acordo com a doutrina, os países latino-americanos tinham motivos geográficos e históricos para se posicionarem ao lado dos EUA na defesa dos valores ocidentais e cristãos e no combate ao avanço do comunismo. Para garantir a formação de um bloco aliado, as diretrizes da doutrina foram repassadas às Forças Armadas locais através de suas Academias e Escolas de Guerra:

Refletindo a lógica bipolar da Guerra Fria e as novas estratégias de dominação dos E.U. A sobre a América Latina, a DSN disseminou-se através das Academias e Escolas de Guerra, formando quadros especializados a partir de uma série de preceitos clássicos: a lógica da bipolaridade, a delimitação das zonas de influência pelas superpotências, a satanização do inimigo, a introdução de que o Estado e a Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo) (PADRÓS, 2005: 185).

Padrós enfatizou que uma das principais premissas da DSN era rejeitar a ideia de que a sociedade estava dividida em classes sociais e que existiam conflitos entre elas, pois isto entrava em choque com a “noção de unidade política” difundida pela doutrina. Segundo os princípios da DSN, o cidadão só se realizava enquanto indivíduo ao se conscientizar que pertencia à nação “coesa”, e que esta comunidade é a única capaz de atender e satisfazer as duas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que apontasse à existência de antagonismos sociais ou questionamentos, como era o caso das manifestações de oposição a ditadura organizadas pelos estudantes da UFRGS, poderiam tornar-se explícitos os interesses da classe dirigente em conter a mobilização popular, tornando-se nociva “aos interesses da nação e, portanto, deveriam ser combatida como tal”. (2005: 54).

Assim, o governo ditatorial brasileiro, seguia o pensamento e os conceitos básicos da DSN, entre os quais estavam as definições para “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência” e a delimitação de seus objetivos nacionais. O conceito de guerra interna defendia que o papel das Forças Armadas era combater o inimigo que atuava em território nacional, tornando-se necessário neutralizar, não apenas de pessoas claramente identificadas com movimentos de oposição, como também de qualquer indivíduo que supostamente pudesse se tornar “inimigo” da ordem estabelecida. Essas medidas aumentavam o clima de insegurança, pois não havia uma definição clara de quem poderia ser atingido pela repressão, visto que o conceito de “inimigo interno” era bastante amplo e permitia atingir vários grupos de atividades. Entretanto, se a DSN não delimitava quem era o inimigo interno, definia com clareza a forma como suas atividades deveriam ser combatidas em território nacional:

Em primeiro lugar, é preciso liquidar todos os simpatizantes da revolução. Em princípio, todos aqueles que, antes da eclosão da guerrilha, pertenciam a partidos ou

⁸ Guerra Fria: No início da década de 1960, o **mundo** vivia o clima tenso de um conflito não declarado entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), as duas grandes potências que tinham emergido no cenário político e econômico **após a** Segunda Guerra, que ficou conhecido como “Guerra Fria” (VIZENTINI, 1990).

grupos favoráveis a causa são possíveis simpatizantes. Em seguida, trata-se de detectar todos os membros da subversão. As técnicas são as mais variadas; presença permanente em toda a parte; nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Nessa guerra, a arma decisiva é a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo (COMBLIN, 1978: 46).

Conforme Padrós, a flexibilidade da DSN ao conceituar o “inimigo interno” permitia a inclusão permanente de “indivíduos alvos” no esquema repressivo montado pelas ditaduras, estabelecidas não só no Brasil, como nos demais países latino-americanos, como foi o caso do Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976). Por isso, a repressão nessas ditaduras atingiu, além dos guerrilheiros, que participaram ativamente da luta armada, pessoas que de alguma forma eram identificadas como “comunistas” e possíveis “inimigos internos”, entre os quais estavam os membros de partidos políticos, os sindicalistas, os estudantes, os padres progressistas, os artistas e os simpatizantes de movimentos de contestação. A necessidade de combater o comunismo, despolitizar a população, aprofundar os laços com os Estados Unidos foram utilizadas pelos governos militares para justificar as todas as “medidas de exceção” adotadas durante o período em que vigorou as ditaduras na América Latina:

Para as ditaduras de Segurança Nacional, a identificação de “um inimigo interno” circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade. Complementarmente, sua presença é explorada pelas autoridades como justificativa para explicar os fracassos das políticas governamentais, prejudicadas pela necessidade de combater a subversão, o que redundava numa situação de exceção que restringe as liberdades e os direitos individuais e sociais (PADRÓS, 2005: 186).

A aplicação dessas medidas propiciou, conforme os aparelhos repressivos iam atuando contra os grupos de oposição, o surgimento de uma “cultura do medo”, que enquadrava a população dentro de um determinado padrão de comportamento, que não permitia espaço para a contestação. Percebeu-se que nas ditaduras de Segurança Nacional, tanto no Brasil como nos demais países latino-americanos, o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou seu aparato institucional para coibir as ações dos grupos que se opunham aos interesses dos governos militares ao mesmo tempo em que implantou uma “política do medo”, que tinha por função causar o imobilismo popular. Baseados nas diretrizes da DSN e considerando o contexto particular de cada um desses países, o aparelho estatal não teve nenhuma preocupação em extrapolar os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando, de acordo com Padrós, num sistema de Terror de Estado (TDE):

Portanto, o Estado, que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, agindo como fiador da segurança das pessoas, foi utilizado de forma geral, em toda a região, como um mecanismo que devia enfrentar e derrotar o “inimigo interno”. Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal

extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando, um sistema de Terror de Estado. (PADRÓS, 2005: 59).

Neste contexto, vale ressaltar a situação dos professores da UFRGS que ajudaram a instaurar a CEIS na UFRGS, e tornaram-se membros da Comissão e daqueles que prestaram depoimentos durante o decorrer da investigação, fornecendo aos militares informações sobre as atividades políticas desenvolvidas por alguns de seus colegas e também por estudantes da universidade. Estas denúncias, além de provocarem o expurgo de professores e alunos vinculados aos movimentos políticos, principalmente a AP, também propiciou que a repressão atuasse contra outros integrantes do quadro docente da instituição, só pelo fato destes terem se posicionado contra o afastamento, prestando apoio as pessoas expurgadas.

Na interpretação de Padrós, a instauração do TDE proporcionou, em alguns casos, como este da CEIS na UFRGS, a adesão de pequena parcela da população, que resolveu colaborar com a ditadura por vários fatores, entre os quais estavam a “cooptação, medo ou oportunismo”. Estas pessoas também acreditavam que, ao colaborarem com regime apoiando as suas medidas, não seriam atingidos pela repressão e ainda receberiam em troca, do governo ditatorial, “imunidades, favores, ofertas de emprego ou vantagens econômicas”. A colaboração era incentivada pelos militares, pois marcava o ponto triunfante de sua “política” para com a população, pois se tornar a oposição passiva já era importante, imagina quando eles conseguiam “transformar posturas inertes em colaboracionismo ativo” (PADRÓS, 2005: 74).

Assim compreendida, a DSN previa o enquadramento do sistema de ensino não só brasileiro, como de toda a América Latina, dentro de determinadas premissas. Na análise de Ianni, previa a implantação de programas que difundiam os valores que interessavam aos Estados Unidos e aos governos ditatoriais. Os objetivos declarados dos programas era “expandir e modernizar” o ensino universitário, mas o que pretendiam realmente era promover a despolitização nas universidades, afastando os estudantes das atividades políticas, com a valorização de um modelo de ensino “tecnocrático”, voltado para a formação “técnica de profissionais executivos antes do que criativos ou independentes”. (1978: 52).

Assim, a CEIS instaurada na UFRGS, logo após o golpe de 1964, levou ao indiciamento de dois professores e 18 estudantes da universidade, que estavam em sua maioria vinculados a AP e desenvolviam atividades políticas contra a manutenção do status quo, o que não era aceito pelo governo. Seguindo as normas da DSN, destacam-se as ideias de eliminação dos antagonismos internos e da luta de classes, pois só a partir disso, a sociedade ia chegar ao nível de coesão necessário, a fim de que o país atingisse os seus objetivos nacionais voltados principalmente para segurança e o desenvolvimento econômico do país. Com o objetivo de atingir essas metas, o Estado instrumentalizou o “medo” com a aplicação das mais variadas formas de repressão contra os grupos que faziam oposição a ditadura, como foi o caso de indiciamento dos militantes da AP pela CEIS, sendo que estas arbitrariedades podiam ser estendidas a qualquer pessoa que ousasse descumprir as normas estabelecidas pelo governo ditatorial, o que caracterizava a imposição de uma “pedagogia do medo” a população.

Considerações finais

Verificou-se que a necessidade de se combater o “inimigo interno” difundida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estendeu suas ações, através dos órgãos de repressão ditatoriais, as universidades brasileiras, como no caso da UFRGS, onde foi instaurada uma Comissão de Investigação Sumária (CEIS) com a finalidade de afastar dos seus quadros, os professores e os estudantes considerados “inadequados” ao modelo de ensino previsto pelo governo, por seu envolvimento em atividades políticas. Assim, a ditadura usou vários artifícios, entre os quais se destacam o indiciamento, o expurgo e a violência, para afastar das instituições de ensino indivíduos e grupos que pudessem contestar o status quo em vigência. O objetivo não era apenas acabar com os grupos de oposição que se manifestavam na UFRGS, mas também evitar que qualquer movimento adquirisse força política, pois era interesse da ditadura que a população se mantivesse num nível de passividade, aceitando todas as medidas arbitrárias cometidas pelo regime.

Percebeu-se assim, que a instauração da CEIS, após o golpe de 1964, não foi um fato isolado, pois tinha ligação com um projeto político criado pelos Estados Unidos e difundido para a América Latina durante a década de 1960, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que previa o combate aos movimentos que fizessem oposição ao governo ditatorial, tentando enquadrar o movimento estudantil em suas premissas, para que juntos com a população, os estudantes pudessem colaborar para o desenvolvimento da nação. Para isso, tornou-se urgente promover a despolitização nas universidades, afastando os estudantes de atividades políticas, para o qual foi criada e instaurada a Comissão.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: LPM, 1979.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

AUTORA. **A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. Dissertação (Mestrado em História Regional). 2011. 195 f. PPGH, Universidade de Passo Fundo.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)**. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.95-131.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral:** uma nova visão da ordem cristã. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...:**Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: UFRGS,2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004, p.29-52.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar:** a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à crise (1945-1990):** as relações internacionais contemporâneas. Local: Editora, 1990.